

## 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

### Ata da 130.<sup>a</sup> Sessão Ordinária

Realizada em 23 de agosto de 1971 — (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (29); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, David Federmann, Emilio Carazzai, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Hélio Marfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Muggiati Filho, Ovidio Franzoni, Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

#### E X P E D I E N T E :

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 137-71.

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que encaminhe o memorial anexo, ao Excelentíssimo Senhor Professor Haroldo Carvalhido, Digníssimo Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que designe novas Professôras para o Grupo Estadual "Prosópio Ferreira Caldas", de Pinhão.

A solicitação dos peticionários do referido memorial, todos pais de alunos, é fundamentada pela transferência das professoras regentes que ali estavam lotadas. Em decorrência deste fato, aproximadamente uma centena de alunos estão sem aulas, já que não existem substitutas.

Sabendo-se do interesse da atual administração da S.E.C. em promover a normalização do ensino, e mtodo o Estado, é que se apresenita esta sugestão, que tem alto sentido sócio-cultural.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de que determine providências relacionadas à construção de pavilhões para menores, senhoras, e um compartimento para alienados, junto à Delegacia de Polícia de Guaraçuava.

Muito embora haja boa vontade das autoridades policiais daquela comuna, não há condições de trabalho dentro do quadro apresentado pela referida Detenção, acanhada para atender o movimento sempre crescente de detentos. Daí a promiscuidade em que vivem menores, senhoras e doentes mentais, com outros marginais, que aguardam remoção para a Penitenciária do Estado.

A construção de referidos pavilhões é medida que virá de encontro às recomendações legais, e tem sentido humano.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI N.º 177-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — O artigo 84, da Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescida do seguinte parágrafo, que será o 2.º, passando o seu parágrafo único a ser o 1.º:

“§ 2.º — Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao professor que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior.

### JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora oferecemos ao estudo e à deliberação desta Casa, tem por objetivo dispensar à nobre classe do Magistério, tratamento semelhante ao que é concedido ao funcionalismo do Estado, relativamente ao benefício da Licença Especial, isto é: o direito de gozá-la após cada quinquênio de efetivo exercício, na forma prevista no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado. E a inclusão do dispositivo, objeto deste Projeto, na Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1968 (Estatuto do Magistério), sanará o tratamento dispare que atualmente se verifica.

#### Projeto de Lei n. 178-71

#### DECRETA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de 26 quilômetros da rodovia que liga a cidade de Dois Vizinhos à usina Fóz do Chopim.

Art. 2.º — O Poder Executivo fica autorizado a consignar na Lei de Meios para o próximo exercício, verba destinada a este fim.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

**JUSTIFICATIVA:**

Sendo o único meio utilizado por vários Municípios do Sudoeste paranaense para sua ligação com a rodovia BR-277 (Paranaguá-Foz do Iguaçu), o trecho de 26 quilômetros entre a cidade de Dois Vizinhos e a usina da Foz do Chopim, se constitui em importante e vital via para o escoamento da grande produção agropecuária da região. O tráfego intenso, contudo, a par das dificuldades financeiras atravessadas pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, impedem uma conservação constante do referido trecho. Esse fato se agrava nos dias de chuva, com a formação de um extenso lodaçal.

A transferência para o DER, que dispõe de maiores recursos, é um meio de fazer-se justiça a uma região que vem apresentando alto índice de desenvolvimento, e com uma contribuição grande ao Erário Estadual.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupo por breves instantes a Tribuna desta Casa, nesta tarde, a fim de comentar um Projeto de Lei que encaminhei à Mesa desta Assembléia, no sentido de acrescentar ao Artigo 84 da Lei n. 5.871, Estatuto do Magistério Público, que diz: "Após 10 anos de exercício efetivo, o Professor poderá requerer a concessão da licença especial de seis meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo que ocupa". A razão do presente Projeto é a seguinte: Como os senhores têm conhecimento, a licença especial ou licença prêmio, é concedida ao servidor público, nos termos da Constituição Estadual, após 10 anos de serviço. Entretanto, o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, no seu Artigo 247, que regula a matéria mais precisamente no seu Parágrafo Único, admite que após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário poderá requerer licença especial de três meses. Desta forma, a licença prêmio, como é concedida, após 10 anos de serviços prestados ao Estado, também passou a ser passível de concessão após cinco anos de serviço. Seis meses pelos dez anos e três meses pelos cinco anos. O Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, de 16 de novembro de 1.970, faculta ao servidor público esta autorização da licença de três meses, após cinco anos de serviço.

Temos, entretanto, o Estatuto do Magistério Público, que concede licença ao professorado do Estado apenas após 10 anos de serviço. Ora, o Professor também é um funcionário do Estado, e a ele também deve ser estendido o benefício, embora ele possua estatuto próprio. Por isso mesmo nós formulamos o presente Anteprojeto de Lei que insere no Estatuto do Magistério Público do Paraná, o mesmo parágrafo que contém o Estatuto do Funcionalismo Civil do Estado, que é a licença especial de três meses, após cinco anos de serviços prestados ao Estado. Entretanto, o órgão técnico da Secretaria de Educação e Cultura vem tendo dificuldades em despachar tal pedido, porque, embora o Magistério seja também constituído de funcionários públicos, possui estatuto próprio. Nós pretendemos, com o presente Projeto, apenas isto; pretendemos igualar estas duas categorias, que são iguais e passarão a ter, no que diz respeito à licença especial, os mesmos direitos. Tanto o funcionalismo civil do Estado, regulado por este Estatuto, como o Magistério paranaense, regulado pelo Estatuto próprio. So-

licitamos assim, desta Casa, a aprovação desta medida que virá equiparar o Funcionalismo Público Civil do Estado com a classe do Magistério Paranaense.  
— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Nelson Buffara, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tínhamos imaginado ter encerrado o nosso trabalho, com, respeito à refinaria, na sessão de sexta-feira, quando pronunciamos aquêle discurso desta natureza, a não ser quando fôsse de extrema urgência e imperiosa necessidade; entretanto, em função do pronunciamento feito pelo Senador Mattos Leão, publicado na íntegra na "Gazeta do Povo" de sábado. Senador da República dos mais ilustres, que merece de nossa parte todo estímulo, apreço, simpatia e consideração; todavia, Sr. Presidente, não pudemos concordar com uma expressão, infeliz talvez, do Senador Mattos Leão, que não tivesse raciocinado antes de proferir uma frase que, ao povo do Paraná, ecoou com certa antipatia. Disse o Senador Mattos Leão, e não vai aqui nenhuma crítica, porque sou amigo pessoal de S. Exa.. Apenas para alertar S. Exa., o Sr. Senador Mattos Leão que, na realidade, êle foi pouco feliz quando disse o seguinte: O título do Artigo na "Gazeta do Povo" é o seguinte: "Mattos Leão diz porque o Paraná não disputa refinaria". O discurso é por demais longo, não vou entrar no mérito. Apenas vou ler alguns trechos para V. Exas. criticarem, para observarem até que ponto foi a infelicidade do Senador. Salientou o Parlamentar paranaense que não obstante as condições especiais, uma disputa entre Paraná e Santa Catarina seria inconveniente e antipatriótica. Ora, se para defender o Estado, nós tivermos que ser antipáticos, como se comportaram Alípio Ayres de Carvalho, e o ex-Deputado Túlio Vargas, e outros Parlamentares que, a exemplo do que nós fizemos, a mesma coisa fizeram em Brasília, então eu queio ser eternamente antipático, porque eu, apesar de amar acima de tudo o meu País, amo meu Estado, e para êste Estado, pelo qual eu fui eleito, devo toda minha atenção e todo meu carinho. Disse mais o Senador Mattos Leão: "Além de ser antipática a disputa, temos que considerar que, quando se discute matéria de tamanha relevância, terá que prevalecer o interesse nacional".

É evidente que tem que prevalecer o interesse nacional, mas, se nos acomodarmos, se não batalharmos por esta refinaria, é evidente que êles vão sensibilizar o Governo Federal, e nós não teremos condições para tal.

Disse mais no seu discurso, o Senador Mattos Leão, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 64, formada por Parlamentares do Paraná e Santa Catarina, concluiu que o Paraná é o local ideal para a implantação de uma refinaria.

Ora, Srs. Deputados, se esta Comissão Parlamentar de Inquérito chegou a esta conclusão, é óbvio que nós, 7 anos após, temos que fazer com que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que naquela oportunidade fez um amplo e apurado estudo que o que ela resolveu naquela oportunidade, seja respeitado hoje. Menos uma controvérsia que nós verificamos, no discurso de S. Exa.. Não concordamos com a denominação de anti-patrióticos, os Deputados que defendem a refinaria; e lastimamos que esta frase tivesse sido pronunciada por um dos mais ilustres homens públicos do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aquêles que têm o ideal de servir, são reservadas as venturas de viverem episódios que lhes dêem a satisfação do dever cumprido. E é por entender

assim, que ocupo, nesta tarde, esta Tribuna, para me referir à ação que vêm desenvolvendo as "Pioneiras Sociais" do Estado do Paraná.

Na tarde de ontem, nós tivemos a oportunidade de presenciar, em Antonina, a Campanha desenvolvida por estas meritórias senhoras, no combate e na prevenção do câncer.

Acompanhadas por uma notável equipe de médicos, chefiados pelo professor Moysés Paciornik, e da qual também fazia parte o nosso colega desta Casa, Deputado Paulo Camargo, foi desenvolvida, naquela cidade, uma série de atividades, destacando-se mais de 500 exames realizados, e uma série de palestras, de esclarecimentos prestados à comunidade.

Esta campanha vem contando com o apoio do Governo do Estado do Paraná que, na cidade de Antonina, foi prestigiada pelo Sr. Prefeito Municipal e pela "Liga de Defesa Contra o Tuberculose".

A par deste registro, que faço nesta tarde, queria aproveitar também a oportunidade para solicitar aos srs. Deputados que, nas suas regiões de influência, divulguem e procurem explicar, dando todo o apoio a esta meritória campanha de prevenção e combate ao Câncer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero abordar um assunto aqui, neste instante, relacionado com a Administração interna da nossa Casa.

Ocorreu um fato que eu reputo de certa gravidade. Há poucos dias, fiz desta Tribuna um pronunciamento sobre problemas administrativos da esfera estadual, demonstrando ao Governo, alguns aspectos negativos do processo educacional na minha região. E, posteriormente, o ilustre Prefeito de minha cidade se rebelou contra um suposto pronunciamento que havia eu feito desta Tribuna, criticando S. Exa., sua Administração, coisa que eu não fiz, pois me parece que não seria próprio transportar problemas da Administração Municipal para a esfera estadual.

Posteriormente, depois de haver feito crítica severíssimas ao suposto pronunciamento que eu havia feito desta Tribuna, requereu certidão das notas taquigráficas, e esta certidão lhe foi concedida, como era natural. Mas, a minha preocupação era exatamente esta, e dirijo-me especialmente ao Secretário da Casa. Não dirigi críticas ao Governo Municipal de minha cidade — e aos senhores que estão presentes podem testemunhar — e, apesar de tê-lo como meu frontal adversário político, tenho respeitado sua Administração, tenho procurado me abster de críticas aos seus atos lá no Município de Guarapuava. Quer me parecer mais próprio isto, da Câmara de Vereadores, que deve fiscalizar os atos municipais.

A certidão que foi solicitada e concedida pela Casa, confirmou aquilo que eu disse, mas, quer me parecer que qualquer certidão de notas taquigráficas de pronunciamentos de Deputados, concedida sem que o Diário da Assembléia as tenha publicado, ou sem revisão do Deputado, é temário, por melhor que seja o serviço taquigráfico, — e excelente é o nosso serviço taquigráfico —, mas, por melhor que ele seja, qualquer pronunciamento feito pelos Srs. Deputados, é passível de revisão. As vezes a taquigrafia não pega totalmente o sentido, e pode ocorrer o que ocorreu em Guarapuava, quando o Sr. Prefeito afobou-se, ouviu o canto do galo, não sabia onde estava o galo, e foi afoitamente à rádio, à TV, desmentir um pronunciamento que não fiz. Portanto, não havendo mentira, não havendo mentiroso, não há desmentido.

Quero lembrar a V. Exa., Sr. Secretário, da conveniência, em caso desta natureza, de preservar-se os interesses de cada Deputado, para que se evitem conflitos amanhã, e não venham pessoas usar de pronunciamentos

que não foram revisados, que não estão publicados no Diário da Assembléia, para explorações maldosas, maliciosas e, às vezes, até criminosas.

Eram as observações que queria fazer e que me parecem cabíveis e gostaria de discutir o assunto com a Mesa e com os Srs. Deputados, em outra oportunidade. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a Palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, na última 5a. feira, por solicitação de S. Exa., o Prefeito Municipal de Guarapuava, um senhor Vereador daquele Município solicitou à Primeira Secretaria o fornecimento de uma certidão, em que estivessem contidas as notas taquigráficas de pronunciamento efetuado, nesta Tribuna, pelo Sr. Deputado Nivaldo Krüger, Líder da Bancada oposicionista nesta Casa.

Sr. Presidente, levando-se em consideração que tôdas as notas taquigráficas, de todos os pronunciamentos aqui feitos são, independentemente de revisão do orador, enviadas para publicação no Diário Oficial da Assembléia Legislativa e, considerando principalmente o atraso verificado na impressão do Diário Oficial da Assembléia, entendeu, como entende a 1a. Secretaria deste Poder, não haver nenhum inconveniente, e nem constrangimento de-veria haver, quanto ao fornecimento daquela certidão.

Por outro lado, devo também, para esclarecimento ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger, dizer que não foi fornecida em forma de certidão, mas tão somente cópia das notas taquigráficas, com a ressalva de que as mesmas eram fornecidas sem a revisão do orador.

Quero crer que não deva ser computado ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger e nem cobrada à 1a. Secretaria a faculdade de fornecer as notas taquigráficas que tem. Houve, isto sim, uma precipitação do sr. jornalista que faz a cobertura dos trabalhos desta Casa, que teria publicado a notícia com um pouco de distorção da verdade. Porque, a notícia publicada em edição de sexta-feira, num dos jornais da Capital, afirmava que o Sr. Deputado Nivaldo Krüger havia feito severas críticas à Administração Municipal de Guarapuava, no tocante a uma determinada professora que, há dois anos, não recebia seus vencimentos. E não fôra esta afirmação, no meu entender, feita pelo nobre Deputado Nivaldo Krüger. E, com base na publicação da notícia, o Sr. Prefeito Municipal de Guarapuava desmentiu, e forneceu à imprensa a sua versão.

Dai o choque, o desentendimento. Mas quero crer que o fornecimento da certidão das notas taquigráficas podem deixar as coisas claras, nos seus devidos lugares.

Quero fazer uma afirmação; a contestação do Sr. Prefeito de Guarapuava não foi base nas notas taquigráficas, porque a contestação fôra feita antes do recebimento das citadas notas, as quais S. Exa. recebeu, deste Poder, sexta-feira à tarde. Mas, considero válida a advertência do nobre Deputado Nivaldo Krüger. Mas, daqui para a frente, antes do fornecimento de qualquer certidão de notas taquigráficas, a 1a. Secretaria haverá de solicitar a revisão do sr. orador, para que esta certidão seja a expressão da verdade do que se declarou desta Tribuna.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, uma matéria que visa autorizar o Sr. Governador do Estado do Paraná, Haroldo Leon Peres, a promover um novo concurso público no Paraná, para preenchimento de vagas no Magistério Primário Estadual.

O Sr. Secretário dos Negócios de Educação e Cultura, quando aqui

veio, para uma palestra que consideramos uma das melhores que pudemos assistir desde o tempo que exercemos este mandato, afirmava S. Exa., mostrava dados esclarecedores, nos quais pudemos ver que, das atuais professoras primárias do Paraná, 60,1% são leigas, não são habilitadas a frequentar a Escola Normal, mas, nem por isso, essas professoras dedicadas, abnegadas, deixam de ter o seu valor.

Também não foi esse o propósito do Sr. Secretário, nesta Casa. Ele apenas mostrou a realidade, porque sabemos que, há tempos atrás, aquelas que se formavam, procuravam, como todos nós procuramos, viver no melhor lugar, onde pudessem lecionar, quem sabe, não apenas numa escola.

Mas hoje, o que estamos sentindo no Paraná, é que, ao lado dos dados trazidos aqui pelo Sr. Secretário, nós vamos ver que há falta de professoras normalistas dentro do Magistério do Paraná, não que haja falta de professoras normalistas formadas.

No Paraná, se formam atualmente 4 a 5 mil professoras normalistas por ano. E nós temos, no momento, em nosso Estado, cerca de 15 mil professoras normalistas que não lecionam em nenhuma Escola pública estadual; não lecionam em escola primária. Porque os concursos se realizam de acordo com as disponibilidades, às vezes financeiras, do Estado do Paraná.

O que pretendemos com nosso pedido, é que o sr. Secretário ou o Sr. Governador do Estado, determinem a abertura de um novo concurso, para aproveitamento de parte dessas normalistas porque sabemos que hoje, há muitas senhoras, jovens e casadas, que querem lecionar, mesmo se sujeitando a grandes sacrifícios, indo viver em cidades pequenas. Mas estão impedidas de ingressar no Magistério, porque não há concurso que possa permitir esse ingresso.

Assim sendo, queremos desde já encarar a necessidade do apoio dos srs. Deputados que representam pequenas comunidades, cidades pequenas, que padecem com a falta de professoras formadas. E poderemos, com a delegação de poderes consubstanciada através desse nosso pedido, quem sabe, levar a todos os cantos do Paraná as professoras que hoje estão faltando nas diversas escolas, numa hora em que o Brasil clama a alfabetização do seu povo.

A íntegra de nosso pedido é a seguinte: (Lendo):

**“PROJETO DE LEI N. 179-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a promover concurso público para o preenchimento de vagas no Magistério Primário do Paraná.

Artigo 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1971.

(a) Antônio Belinati

**JUSTIFICATIVA:**

Atualmente existem no Paraná mais de 15 mil normalistas inativas, que não estão sendo aproveitadas no Magistério, por falta de novos concursos. Todos os anos formam-se no Paraná, mais de 4 mil professoras que, apesar de habilitadas, deixam de ter a oportunidade de ingresso no Magistério. Conforme palavras do próprio Senhor Secretário da Educação, proferidas no Plenário desta Casa, 60,1% das professoras lotadas na SEC não são suficientes para comprovar a urgência de novo concurso, visando o aproveitamento de boa parte das normalistas inaproveitadas, o que veria valorizar ainda mais o Magistério Primário Estadual.

Portanto, Sr. Presidente, entendemos que esse é um pedido que vai

beneficiar não apenas Curitiba, Londrina e Maringá, mas é um pedido que, se aprovado, estará dando condições a cada um dos Parlamentares que aqui representam o povo do Paraná, de poder vir junto à Secretaria, a nomeação daquelas professoras que eventualmente estejam faltando em cada cidade que os Deputados representam nesta Casa. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constantes do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados.

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 55-71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, o Município de Dois Vizinhos, passa a adotar na palavra de Vizinhos a letra "Z, conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra "S". — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 56-71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, fica criada a "Comenda Zacarias de Goês e Vasconcelos", destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 93-70, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação, a Avenida Nossa Senhora das Brotas, da cidade de Pirai do Sul. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Com Substitutivo Geral.** — **Aprovado.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 245-70, de autoria do Dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Miguel Florcoski Filho, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Com Substitutivo Geral.** — **Aprovado.**

**1a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 53-70, de autoria do Dep. Armando Queiroz, fica criada uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Engenheiro Beltrão, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 53-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz, com sede no Município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1970.

(a) **Armando Queiroz**

#### JUSTIFICATIVA:

A região que se pretende contemplar com uma circunscrição de Trânsito é vastíssima, contando com mais de 3.000 proprietários de veículos. Atualmente, para obterem os serviços da referida repartição estadual, têm os interessados de percorrer dezenas de quilômetros, em demanda da sede do Município de Campo Mourão. Por essa razão, entendemos cabível o desmembramento do território abrangido por outras circunscrições mais distantes, no sentido de beneficiar o contribuinte.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 53-70

AUTOR: Deputado Armando Queiroz

SÚMULA: Cria uma Circunscrição de Trânsito abrangendo os Municípios que especifica.

### P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Armando Queiroz, o Projeto de lei em tela visa criar uma Circunscrição de Trânsito abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz, com sede no Município de Engenheiro Beltrão.

A medida está convincentemente justificada, e não havendo qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha, o nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1.970.

(aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

**Luiz Renato Malucelli** — Relator

**Olívir Gabardo, Abrahão Miguel, Armando Queiroz, Roberto Galvani, Alencar Furtado**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 143-70, de autoria do Dep. **Silvio Barros**, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI N.º 143-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, com sede e fóro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1970.

(a) **Silvio Barros.**

### JUSTIFICATIVA:

Conforme os estatutos anexo verifica-se que a entidade atende as exigências para ser elevada à condição de utilidade pública. Senhores Deputados: Senhores Deputados: pretendemos melhor informar sobre o precioso trabalho oferecido pelo Albergue, adiantamos que somente no ano de 1969 foram atendidas 20.000 pessoas que receberam alimentação e abrigo naquele estabelecimento.

Como subsídio, podemos ainda adiantar que a entidade, possui amplas instalações com mais de 1.000 m<sup>2</sup> de edificações, pátio interno, além de isolamento para melhor garantia daqueles que, ali se abrigam, razão pela qual solicito seja aprovado o presente plano de Lei.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 143-70

Autor: Deputado **Silvio Barros**

Súmula: "Declara de utilidade pública o Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac, com sede e fóro na cidade de Maringá".

### P A R E C E R

1) A Proposição em tela foi elaborada de acordo com o que prescreve o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

O respectivo processo foi devidamente instruído, donde se verifica que a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública presta, realmente, de forma desinteressada, serviços à população, bem como seu estatuto foi devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas, da comarca de Maringá.

2) Mencionado Projeto de Lei, por sua própria natureza, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em maio de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Armando Queiroz** — Relator

**Emílio Carazzai**

**Acyr José**

**Sebastião Rodrigues Júnior**

**Muggiati Filho**

**Odilon Reinhardt**

**Igo Losso**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-70, de autoria do dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 271-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao operário Luiz Gonzaga da Cruz, a área de terreno pertencente ao Estado, correspondente ao lote 32-A, com 31.000 m2, constante da parte do lote 32 da Gleba Patrimônio de Mandaguari, sito neste Município, que vem sendo ocupado pelo mesmo já há muitos anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

(a) Dep. Igo Iwant Losso.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Luiz Gonzaga da Cruz, é pai de 10 filhos e reside nesta propriedade há muitos anos, onde inclusive construiu diversas benfeitorias, além das plantações que ali cultiva.

É pessoa quase inválida, pois não possui o braço direito, que perdeu em um acidente de trânsito há cerca de 10 (dez) anos.

Atualmente, é operário braçal da Prefeitura de Mandaguari, na condição de atendente do Patrimônio de máquinas do Município. Goza de muito bom conceito social, pelo seu otimismo e espírito de trabalho.

A doação desta pequena área sem utilidade para o Estado e já ocupada por sua família, é condição da própria sobrevivência dos mesmos, razão porque apresentamos este Projeto, que esperamos venha a merecer o integral apoio dos nobres pares, pelo seu alto espírito humanitário e de justa compreensão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### P A R E C E R

#### AO PROJETO DE LEI N.º 271-70

Autor: Dep. Igo Losso.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras de 31.000 metros quadrados em favor de Luiz Gonzaga da Cruz.

#### P A R E C E R

1) Pretende-se através do Projeto em estudo, autorizar o Poder Executivo a fazer doação de uma área de terras medindo 31 mil metros quadrados, do lote n.º 32-A, da Gleba Patrimônio de Mandaguari, de propriedade do Estado, em favor do cidadão Luiz Gonzaga da Cruz, o qual, segundo justifica o ilustre

autor do Projeto, ali reside há vários anos e já realizou diversas benfeitorias no imóvel.

2) O Projeto constitui matéria de competência desta Casa (Constituição Estadual, art. 21, IX, letra c), sendo legítimo seus pressupostos.

Pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Gilberto Carvalho

Arthur de Souza

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Sebastião Rodrigues

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### PARECER ao Projeto de Lei n.º 271-70

I — Assinado pelo Deputado Igo Iwant Losso, o plano de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao operário Luiz Gonzaga da Cruz, área de terreno pertencente ao Estado e localizada no Município de Mandaguari, correspondente ao Lote 32-A com 31.000 m<sup>2</sup>, da Gleba Patrimônio.

II — Segundo a justificativa do autor do Projeto, a área que se pretende doar não tem utilidade para o Estado e já é ocupada há muitos anos pela família do Sr. Luiz Gonzaga da Cruz, onde inclusive construiu benfeitorias, além das plantações que ali cultiva.

III — A iniciativa do nobre parlamentar, é elogiável e tratando-se de mera autorização legislativa, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1.971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

Santos Lima

Sebastião Rodrigues

Antônio Maciel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7/71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o equipamento elétrico, que especifica, de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 7/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o seguinte equipamento elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica:

I — Gerador marca IRNE, n.º 31545, tipo ETH 20/4, 3 fases, 91 A, 35 KVA, 50/60 ciclos, 220/127 V, 1.500/1.800 r.p.m.

I — Gerador marca BRUSH, n.º 08790/15, 65, 7 A, 25 KVA, 60 ciclos, 220/127 V, 1.800 r.p.m.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1.971.

a) Dep. Ivo Tomazoni

#### JUSTIFICATIVA:

Os geradores que ora propomos seja doado à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, desde 1.961 vêm servindo a população deste Município, contribuindo assim para o conforto e progresso dos habitantes da Região.

A Prefeitura tem dispensado a este equipamento o maior zelo possível, como se fôsem de sua propriedade, inclusive dispendendo grande soma para manutenção dos mesmos.

Esse o motivo que levou-nos a apresentação deste plano de Lei, o qual submetemos à apreciação dos nobres pares com assento nesta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER** ao Projeto de Lei nº 7/71

1 — Tratam os autos de Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, equipamento elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica, atualmente usado para produção de luz e energia naquela cidade.

2 — Na justificativa o eminente Autor destaca o fato de que a conservação e manutenção do equipamento, além, é claro da operação do mesmo estarem a cargo da Prefeitura Municipal a ser beneficiada, sendo ainda, de considerar-se o relevante significado social do funcionamento do conjunto, pelo conforto e possibilidade de progresso dados à população.

3 — Por outro lado, o patrimônio público estadual não será significativamente gravado, porquanto o referido equipamento já encontra-se pago de há muito, uma vez que está instalado e em funcionamento há mais de 10 anos, o que, em produção de luz e energia já determinou o ressarcimento do erário, não havendo no presente Projeto de Lei nenhuma possibilidade de arguição no que se refere a gravame orçamentária presente ou futuro, se concretizada a doação.

4 — Estando o Projeto de Lei devidamente instruído com perfeita justificativa e levando-se em conta a repercussão social da doação cuja autorização se pretende, é o mesmo constitucional e legal, tendo condições de ser discutido, votado e aprovado.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de Junho de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Acyr José** — Relator

**Emílio Carazzai**

**Igo Losso**

**Cândido Martins de Oliveira**

**Gilberto Carvalho**

**Sebastião Rodrigues**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/71, de autoria do Dep. David Federmann, dá nova redação ao art. 11.º, da Lei nº 6.120, de 1.º de Julho de 1.970, e ao art. 139, da Lei nº 6.174, de 16 de Novembro de 1.970. — Parecer favorável da C.C.J. — COM EMENDA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 17/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

SUMULA: Dá nova redação ao art. 11.º, da Lei nº 6.120, de 1.º de julho de 1970 e, ao art. 139, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Art. 1.º — O Artigo 11.º da Lei nº 6.120, de 1.º de julho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.º — Os funcionários de que tratam os artigos 2.º e 9.º, quando atacados de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, cardiopatia grave, paralisia ou doença do Parkinson, incompatíveis com o trabalho, conforme apurado em inspeção médica e compulsoriamente licenciados, perceberão, além dos vencimentos e remuneração integrais e de todas as vantagens inerentes ao cargo ou à função, o valor correspondente a 300

(Trezentas) quotas mensais, calculadas segundo o art. 6.º, valor esse que será incorporado em definitivo aos seus vencimentos, em caso da aposentadoria em a forma estabelecida pelo artigo n.º 235, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970”.

“Art. 2.º — O Artigo 139, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 139 — O funcionário efetivo, quando aposentado por invalidez, terá provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral e, em caso de aposentadoria prevista no artigo 235, também a todas as demais vantagens inerentes ao cargo ou à função”.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1971.

a) David Federmann

**JUSTIFICATIVA:** A Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (novo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), em seu art. 232, diz das moléstias de uma das quais o funcionário vem a ser vítima, conforme for apurado em inspeção médica, será compulsoriamente licenciado, com direito à percepção dos vencimentos e demais vantagens inerentes ao cargo, cuja “LICENÇA É CONVERTIDA EM APOSENTADORIA, NA FORMA DO ART. 217, ANTES DO PRAZO ESTABELECIDO QUANDO ASSIM OPINAR A JUNTA MÉDICA, POR CONSIDERAR DEFINITIVA PARA O SERVIÇO PÚBLICO EM GERAL, A INVALIDEZ DO FUNCIONÁRIO, conforme prevê o Art. 235, da citada Lei n.º 6.174, de 16-11-1970.

A Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970, estabelece o sistema de retribuição por prêmios de produtividade ao funcionário.

O presente plano de Lei visa corrigir algumas distorções que existem no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, assim como conceder justa retribuição ao servidor que às vezes vai compulsoriamente à inatividade por ter adquirido enfermidade pela própria natureza de suas atividades profissionais que desempenhou com dedicação e desvelo.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 17/71

AUTOR: Dep. David Federmann

SÚMULA: “Dá nova redação ao art. 11, da Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1.970, e, ao art. 139, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970”.

#### PARECER

1) A Proposição está perfeitamente ajustada às exigências contidas no art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) Dito Projeto, por outro lado, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada temos a opôr.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1.970.

aa) Wilson Brandão — Presidente  
Gilberto Carvalho — Relator  
Emílio Carazzai  
Cândido Manoel Martins de Oliveira  
Igo Losso  
Acyr José  
Sebastião Rodrigues Júnior

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**E M E N D A**

**ACRESCENTE-SE ONDE COUBER:**

"Art. — Os benefícios previstos no art. 11, da Lei n. 6.120, de 1.º de julho de 1.970, são extensivos aos já aposentados por invalidez".

Sala das Comissões, em de junho de 1.970

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Igo Losso

Acyr José

Gilberto Carvalho

Wilson Brandão

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/71, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SEBEE), com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 98/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SEBEE), com sede na Vila Tingui, em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1971.

aa) — Gilberto Carvalho, Antônio Costa, João Fadel, Lázaro Dumont e Acyr José

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 98/71**

AUTOR: Dep. Gilberto Carvalho

SÚMULA: Autoriza declaração de utilidade pública.

**P A R E C E R**

1) De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o projeto em exame visa autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SEBEE), com sede em Curitiba, na Vila Tingui.

2) Tratando-se de mera autorização legislativa, nada impede o acolhimento do mesmo, sob o aspecto legal.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Igo Losso

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Arthur de Souza

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 137/71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de que determine providências relacionadas à construção de pavilhões para menores, senhoras, e um compartimento para alienados, junto à Delegacia de Polícia de Guarapuava. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do

Expediente, solicitando o envio de memorial ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que designe novas professoras para o Grupo Estadual "Procópio Ferreira Caldas", de Pinhão. — **Aprovado.**

Em observância à Resolução n.º 23/69, a Hora do Expediente da sessão de amanhã será em comemoração ao "Dia do Soldado". Esta Presidência solicita aos líderes do Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora Nacional, respectivamente, que designem um orador de cada Partido para ocupar a Tribuna na tarde de amanhã, a fim de saudarem o Soldado Brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, ficando convocada outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º: 93/70; 245/70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º: 53/70; 143/70; 271/70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/71.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã haverá uma sessão extraordinária, no início do Expediente.

Levanta-se a sessão.